

Em viagem pela “Literatura de Viagens” nas comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil



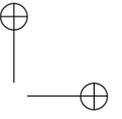
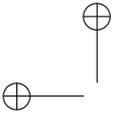
Annabela Rita

CLEPUL

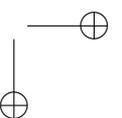
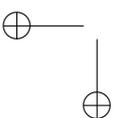
2013

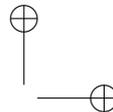
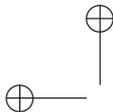
www.lusosofia.net





Em viagem pela “Literatura de Viagens” nas comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil





LUSO**Sofia**:press

Lisboa, 2013

FICHA TÉCNICA

Título: *Em viagem pela “Literatura de Viagens” nas comemorações dos 500 anos do achamento do Brasil*

Autor: Annabela Rita

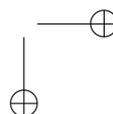
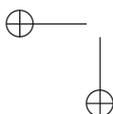
Colecção: Ensaios LUSOFONIAS

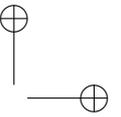
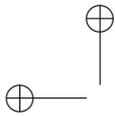
Design da Capa: António Rodrigues Tomé

Composição & Paginação: Luís da Cunha Pinheiro

Centro de Literaturas e Culturas Lusófonas e Europeias, Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa

Lisboa, fevereiro de 2013





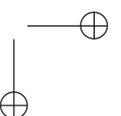
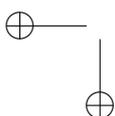
Annabela Rita

**Em viagem pela “Literatura de
Viagens” nas comemorações
dos 500 anos do achamento do
Brasil**

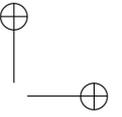
CLEPUL

Lisboa

2013

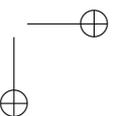
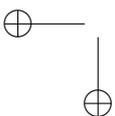






Índice

Preparativos	7
Partida	8
Terra à vista!	11
Primeiro arquipélago	14
Ilhas menos acessíveis	19
Outro arquipélago	21
E outro arquipélago ainda	23
(observações em reconhecimento)	25
(observações em segundo reconhecimento)	31
(observações noutras margens)	36
E outro arquipélago ainda?	37
Apontamentos do “notável”	39
Fim da viagem (regresso ou paragem ? O futuro o dirá)	52







“Senhor

Posto que o capitão-mor desta vossa frota e assim os outros capitães escrevam a Vossa Alteza a nova do achamento desta vossa terra nova, que se ora nesta navegação achou, não deixarei também de dar disso a minha conta a Vossa Alteza, assim como eu melhor puder, ainda que, para o bem contar e falar, o saiba pior que todos fazer.

... Da marinhagem e singarduras do caminho não darei aqui conta a Vossa Alteza /.../. E portanto, Senhor, do que hei-de falar começo /.../ ...”

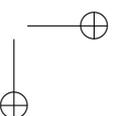
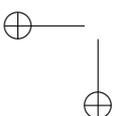
Pêro Vaz de Caminha

Sendo a viagem uma constante da história da humanidade, a literatura que a tematiza é, naturalmente, imensa e desenvolve-se com correspondente continuidade.

Ao longo do tempo, o interesse de recepção tem sido variável, mas parece-me sempre vivo, caldeado no fascínio pela estranheza informativa e no prestígio do capital de conhecimento e de experiência que o viajante protagoniza.

Que a história da viagem, da sua literatura e da sua recepção está por fazer é um facto. Mas também é verdade que um trabalho de levantamento, recolha e reflexão sobre a literatura de viagens tem vindo a desenvolver-se, constituindo importante subsídio para ela. Basta lembrar os projectos e centros de investigação que se têm multiplicado nas últimas décadas para cartografar esse vastíssimo território¹.

¹ A título de exemplo, bastará compulsar o volume coordenado por Fernando

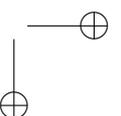
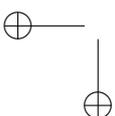




Este é o roteiro de uma viagem, a minha, realizada por esse território, abrindo caminho por entre livros e fotocópias, prateleiras e pilhas de material heterogéneo, índices, bibliografias, encontros e desencontros, etc.. Registo da experiência de uma travessia, ele constitui, logicamente, informação incompleta, subjectivamente seleccionada, organizada e veiculada, oferecida em partilha.

Cristóvão, *Condicionantes Culturais da Literatura de Viagens. Estudos e bibliografias* (Lisboa, Cosmos, 1999) ou outros volumes da colecção “Viagem” das Edições Cosmos coordenada por Maria Alzira Seixo para nos darmos conta desse panorama e da importante bibliografia crítica sobre o assunto.

www.clepul.eu

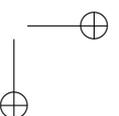
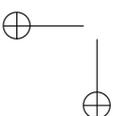


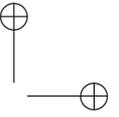


Preparativos

Encarando *viagem* como um percurso realizado de um lugar conhecido para outro que não o é necessariamente e o regresso, passando por um território inexplorado pelo viajante, ponho-a em cena como processo de aquisição de conhecimento, dimensão que justifica a menor atenção que o relato dedica ao regresso do viajante.

Destaco, pois, a relação entre o viajante e as terras que ele atravessa, e não apenas o adquirido: interessa-me o modo como o discurso procura dar conta de uma progressão intelectual radicada no contacto e no convívio, na experiência, enfim, ou aproximar-se dela apesar da distância temporal entre os dois momentos, ou, mesmo, simular tal progressão, como mais obviamente acontece aquando da elaboração estética. Isto, porque o discurso denuncia o sujeito *também emocional e emocionado*, clivado entre *conhecer* e *conhecer-se*, que lhe está na génese e que deixa as suas marcas inscritas no tecido textual. E se isso me permite expandir o conceito de literatura de viagens para além dos seus limites rigorosos, implicando uma certa confluência genológica, também me permite ponderar como, por vezes, textos que, aparentemente nada têm a ver com ela, colhem nela lições que favorecem uma maior eficácia comunicativa.





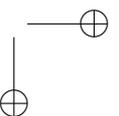
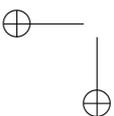
Partida

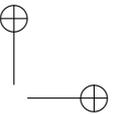
“Pera o mar, melhor é reger-se pela altura do sol, que não por nenhuma estrela, e melhor com astrolábio, que não com quadrante, nem com nenhum outro instrumento.”

João, Bacharel em Arte e Medicina

Uma tipologia e uma história da viagem, realizada, conceptualizada e tematizada exigiria uma longa pesquisa de equipa. Para começar, o próprio *além* espacial e o seu desconhecimento geram a ideia e o desejo da viagem, do movimento cognoscente em direcção a, movimento quiçá concretizado fisicamente depois. E as razões da viagem multiplicam-se: as profissionais (comerciais, etc.), as passionais (das cruzadas, das peregrinações religiosas e laicas, etc.) que o turismo acabará por tipificar, as forçadas (exílios, extradições, deportações) e penitentes (através da legião ou da ordem religiosa), as de aprendizagem de juventude, as ditadas por motivos de saúde, etc.. Mas há os viajantes “imóveis”, aqueles que buscam a estranheza na sua própria terra (nos *bas-fonds*, nos subterrâneos da cidade, na complexidade antropológica do aqui e agora social, etc.) e aqueles que procuram conhecer a sua paisagem interior, que mergulham na reflexão e na memória, que exploram a imaginação, etc.. Infindável matéria!

Na prática, a grande protagonista das viagens que a História consagrou terá sido a que se realizou para territórios despovoados (os arqui-





pélagos atlânticos) ou povoados por civilizações diferentes, consideradas, na altura, “superiores” (Oriente) ou “inferiores” à europeia².

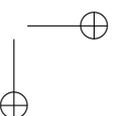
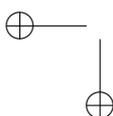
O espaço percorrido foi materializando, na sua diversidade e extensão, a passagem do tempo e, com isso, reforçando a consciência da fluência e da vectorialidade deste. Por outro lado, a viagem fez também cartografar a terra com progressivo rigor, substituindo pela observação e pelo registo metódicos a imaginação que pretendia dar conta da geografia do Além e fantasmizar a terrena com ficções da teologia cristã. Exemplo acabado do primeiro caso encontra-se na *Divina Comédia*, de Dante Alighieri (1265-1321), onde acompanhamos a viagem do poeta através do Inferno, do Purgatório e do Paraíso. Do segundo caso, talvez o Jardim do Éden seja o exemplo mais sedutor: Isidoro de Sevilha (560-636) considerava-o o primeiro lugar do Oriente, então acima no mapa, descrevendo-o como cercado de um muro de fogo que chegava ao céu (inacessível por isso) e afirmando-o origem de quatro rios que irrigavam o Mundo. Mais inquietante, na altura, era a problemática localização da terra de Gog e Magog, com a ameaça do apocalipse. Mas os exemplos são inesgotáveis. Avancemos, pois.

Era em função dos objectivos dominantes e/ou exclusivos que a viagem se organizava, se desenvolvia e dava resultados, desde a mais ou menos individual, à expedição de grupo de iniciativa privada com ou sem subsídios, à expedição encomendada, da de descobrimento à de exploração do já descoberto, com objectivo comercial e religioso ou com interesse científico, etc..

Sem pretender referir casos paradigmáticos destas alternativas, não resisto a mencionar uma das chamadas “viagens filosóficas”, de interesse quase exclusivamente científico: a de Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815), o primeiro brasileiro a chefiar uma expedição à Amazónia sob a égide do governo português, entre 1783 e 1792³. Cruzou a

² Orlando Ribeiro, *Originalidade da Expansão Portuguesa*, Lisboa, Edições de João Sá da Costa, 1994, p. 114.

³ William Simon, *Uma esquecida expedição científica à Amazónia no século XVIII / A forgotten eighteenth-century scientific expedition to Amazon* in AA.VV., *Viagem Philosophica – Uma redescoberta da Amazónia / Philosophical Journey –*



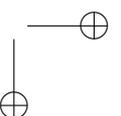
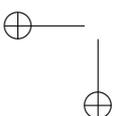


bacia amazônica em todos os sentidos, percorrendo cerca de 39.300 Km, protagonizando uma observação sistemática e meticulosa também muito atenta às condições naturais, a problemas da conservação do meio ambiente, chegando a colocar alguns, quer no tocante a espécies animais, quer no respeitante a populações índias.

Doutorado em “Filosofia natural”, teve o cuidado de se aconselhar minuciosamente com Martinho de Mello e Castro, Domingos Vandelli e a Academia das Ciências sobre como organizar e orientar a viagem, o que observar e como. Partiu com todo o equipamento necessário, desde a cozinha de campo, ao laboratório portátil e à biblioteca de cerca de uma dúzia de obras, na sua maior parte, científicas, acompanhado por três assistentes, o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo e os “riscadores” Joaquim Codina e José Joaquim Freire, que só em três anos produziram mais de 400 aguarelas, ilustrando as suas anotações. Rodrigues Ferreira, não apenas redigiu vários relatórios, memórias, estudos monográficos e anotações, como enviou para o Real Museu de História Natural, em Lisboa, 19 remessas com amostras de fauna, flora, minerais e artigos etnográficos.

a rediscovery of the Amazon – 1792-1992, Rio de Janeiro, Editora Index, 1992, pp. 29-64.

www.clepul.eu





“Terra à vista!”

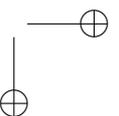
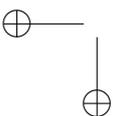
Avanço, porém, para a questão da literatura de viagens propriamente dita.

Uma tão heterogênea e intensa experiência da viagem como a que se constata ao longo da História da humanidade teria, logicamente, de ter como efeito uma vastíssima e diversificada produção textual que designamos como literatura de viagens, podendo nós tomá-la no sentido mais restrito e rigoroso do termo, ou expandindo-a tanto quanto nos permite o próprio conceito de viagem. Bastaria lembrar certas obras fundamentais na cultura ocidental que tematizam a viagem, referência na Literatura e na conceptualização da nossa identidade: a *Ilíada*, a *Odisseia*, o *Êxodo*, etc.. E pensemos nas epopeias nacionais, como *Os Lusíadas*, ou nas populares como as *Chansons de Geste*, etc..

Desde cedo, aliás, os textos de viagens atraíram a atenção de todos e viram reconhecida a sua importância como autênticos “livros de maravilhas”. Sinal disso é, por exemplo, a compilação *Speculum Historiale* de Vincent de Beauvais (século XIV) de relatos de viagens missionárias ao Oriente⁴.

A par desses, outros foram surgindo dando conta de viagens não realizadas, ou, pelo menos, não na totalidade do itinerário enunciado, como no caso das *Viagens* de John de Mandeville, obra de muito sucesso na época. Quanto menos radicado na experiência da viagem, mais informado bibliograficamente era o texto, compensação óbvia e

⁴ Vincent de Beauvais, *Bibliotheca Mundi. Vincentii Burgundi (...) Speculum Quadruplex* (4 vols.), Duaci, ex off. B. Belleri, 1624; idem, *Le Miroer Historial*, Lyon, Barthélemy Buyer, 1479.



natural. Mandeville, por exemplo, apoiou-se em bibliografia numerosa e heterogénea, desde relatos de viagens a obras de História e enciclopédias, passando por literatura religiosa, recreativa e científica⁵.

As viagens ficcionais e imaginárias atravessam toda a nossa cultura, sujeitas a metamorfoses de cenários e de meios, bem testemunhada por obras como *História verdadeira [de uma viagem à lua]* (c. 200 d. C.), de Lucien de Samosate, *A Navegação de S. Brandão* (c. 1130), de Benoît, *Le Purgatoire de Saint-Patrick* (c. 1188), de H. de Saltray, *A visão de Alberico* (c. 1127), de autoria anónima, *A Utopia* (c. 1518), de Thomas Morus, *A Cidade do Sol ou ideia de uma República Filosófica* (c. 1613), de Tommaso Campanella, *L'Autre Monde: Les États et les Empires de la Lune et du Soleil* (1657-1622), de Cyrano de Bergerac, *The Pilgrim's Progress* (1684), de John Bunyan, *Gulliver's Travels* (1726), de Jonathan Swift, *Giphantie* (1760), de Charles-François Tiphaine de la Roche, ou *La Découverte Australe par un Homme-Volant, ou le Dédaide Français* (1781), de Nicolas-Anne-Edme Restif de Bretonne, para só mencionar estas, narrativas de *Voyages aux Pays de Nulle Part*, como as designou Francis Lacassin⁶.

As “viagens imaginárias”⁷, que se inscrevem num género narrativo que a crítica anglo-saxónica designa por “menipeia”⁸, constituirão uma tradição fortemente marcada na Europa por *Voyage dans la Lune*, de Cyrano, e pela *Aventuras de Gulliver*, de Swift. No final do século

⁵ Cf. Maria Adelina Amorim, “Viagem e *mirabilia*: monstros, espantos e prodígios” in Fernando Cristóvão, *Condicionantes culturais da Literatura de Viagens*, op. cit., pp. 133-134.

⁶ Francis Lacassin (éd.), *Voyages aux Pays de Nulle Part*, Paris, Robert Laffont, 1990.

⁷ Termo que Charles-Thomas Garnier consagrou como designação de um *corpus* de textos algo heterogéneo de que recolheu numerosos exemplos desde a Antiguidade nos 36 volumes de *Voyages imaginaires, songes, visions et romans cabalistiques* (publicados de 1787 a 1789).

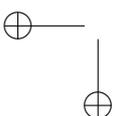
⁸ Cf. Jean-Michel Racault, “Les jeux de la vérité et du mensonge des préfaces des récits de voyages imaginaires à la fin de l'Âge classique (1676-1726)” in François Moureau (org.), *Métamorphoses du récit de voyage*, Paris/Genève, Champion/Slatkine, 1986, p. 85.

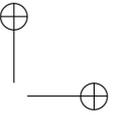


XVII, nela emergem dois tipos de textos distintos, a utopia narrativa e a “robinsonada”, ambos radicados já na reivindicação da veracidade e do documental, em resposta à nova apetência do público, ultrapassado que estava o fascínio pelo grande romance à Urfé, à Gombeville, à M.lle de Scudéry. Este projecto ficcional conduz, naturalmente, a literatura a importar modelos e procedimentos da escrita documental (em especial, os de veridicação) então em voga: a de viagens. Daí, por exemplo, o desenvolvimento de uma ficção de autentificação que expande o prefácio e o constitui como primeira narrativa, com os correspondentes “desdobramentos” da instância autoral em editor, amigo, aquele que encontra o manuscrito, etc..

Nessa prática mimética, a literatura chegou a gerar imposturas como a do pretense George Psalmanazar, autor de *An Historical and Geographical Description of Formosa* (1704), que descreveu e usou (escrita e oralmente) o suposto dialecto “formosão”, o que lhe valeu ser encarregado de ensiná-lo em Oxford a futuros missionários.

Em jeito de panorâmica, ensaiemos uma tipologia do que vislumbro nesse território, aproximando-nos para observar apenas um caso ou outro.





Primeiro arquipélago

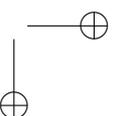
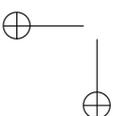
Para começar, podemos referir os textos mais directamente vinculados a essas viagens: cartas, relatórios, roteiros, itinerários, tratados, estudos monográficos, etc.. Distingamos alguns em função do momento de escrita.

Antes de mais, há os relatos escritos durante a viagem, como é o caso da *Carta de Pero Vaz de Caminha*, que ele data de sexta-feira, 1 de Maio de 1500, “deste Porto Seguro da /.../ Ilha de Vera Cruz”⁹. Neste caso, o texto é condicionado pela proximidade temporal entre vivido/visto e descrito/narrado: Pêro Vaz de Caminha faz-nos acompanhar a aproximação à terra e os sucessivos contactos com os índios num discurso emocionalmente modalizado que mimetiza a progressão desse acontecer.

Com alguma permanência no novo mundo que permite já um relato em que a informação é veiculada em função da sequência da viagem, mas com sistematicidade e abrangência, temos cartas oficiais como a que o Padre Fernão Cardim escreveu ao Padre Provincial Sebastião Morais, para Portugal, a 16 de Outubro de 1585¹⁰, sobre a sua missão no Brasil como secretário do Visitador, cargo que desempenhou entre

⁹ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, Ericeira, Mar de Letras, 2000, p. 75.

¹⁰ Fernão Cardim, *Tratados da Terra e Gente do Brasil*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1997, pp. 211-278.





1583 e 1590. A introdução dessa missiva cria desde logo essa expectativa no leitor:

“Nesta com o favor divino darei conta a Vossa Reverência da nossa viagem e missão a esta província do Brasil, e determino contar todo o principal que nos tem sucedido, não somente na viagem, mas também em todo o tempo da visita que Vossa Reverência tenha maior conhecimento das cousas desta província, e para maior consolação minha, porque em tudo desejo comunicar-me com Vossa Reverência e mais padres e irmãos desta Província.”¹¹

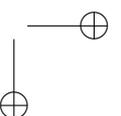
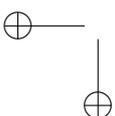
Frequentemente, as anotações de viagem constituem material para escritos posteriores, a realizar aquando do regresso. Nesse caso, a informação é reelaborada, dando origem a obras do mais diverso tipo, com maior ou menor preocupação estética, científica, etc., e em função do destinatário desejado ou previsto.

Em qualquer dos casos, tratando-se de *dar conta do que se viu e se viveu* (às vezes, muito ultrapassado pelo que *se soube* antes e depois da viagem), tal relato pressupõe como destinatário *os que ficaram*, que não fizeram essa viagem e que têm curiosidade relativamente a ela, o que se reflectirá, naturalmente, na retórica discursiva, como veremos adiante.

Por exemplo, Jan Huygen van Linschoten (1562/1563-1611), no seu regresso de uma expedição à Índia para reconhecimento do caminho em 1594, empreendimento que o celebrizou como grande descobridor e perito de navegação, foi chamado a Haia para relatar pessoalmente a viagem ao príncipe Maurício e ao chefe do governo da República, Oldenbarnevelt¹².

¹¹ *Ibidem*, p. 211.

¹² Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *Itinerário, Viagem ou Navegação de Jan Huygen van Linschoten para as Índias Orientais ou Portuguesas*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998.



Mas consideremos o caso do *Itinerário, Viagem ou Navegação* de Linschoten¹³, trabalho que podemos consultar.

Durante cerca de treze anos (6 de Dezembro de 1579 a 3 de Setembro de 1592), Linschoten viajou pela Europa e para além-mar, anotando cuidadosamente as suas observações. No seu regresso a Enkhuizen, dedicou-se a preparar a publicação dessa informação, com a colaboração dos homens de letras e poetas Theodorus Velius (1562-1630) e Petrus Hoogenbeets (1542-1599), ambos doutorados em Medicina pela Universidade de Pádua, e de Cornelis Taemsz (1567-1600), viajado administrador. Na edição do *Itinerário*, Velius apresenta um panegírico em latim, Hoogenbeets, um soneto laudatório em neerlandês, o dístico em latim sob o retrato de Linschoten e várias outras legendas e Taemsz, uma ode e um soneto em neerlandês, além de todos terem colaborado com poemas laudatórios para o *Roteiro* do mesmo autor¹⁴. No conjunto, portanto, nota-se preocupação estética na elaboração da obra.

A leitura do *Itinerário* de Linschoten, confronta-nos com um relato em 99 capítulos organizado em função do itinerário da viagem à Índia, com estadia e regresso. Do ponto de vista informativo, além do cuidado posto na organização, o desejo de exaustividade e de esclarecimento, confirmado pela sistemática anotação de Paludanus¹⁵, denuncia a consulta de fontes variadas (incluindo os próprios clássicos), muitas vezes não referidas¹⁶ ou, mesmo, rasuradas em benefício da sugestão de maior novidade dessa experiência assumidamente única, pessoal, facto visível no desenvolvimento do título sumarizante:

“ITINERÁRIO, VIAGEM OU NAVEGAÇÃO DE JAN VAN
LINSCHOTEN PARA AS ÍNDIAS ORIENTAIS OU PORTU-
GUESAS, incluindo uma breve descrição desses países e costas

¹³ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 19.

¹⁴ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 17.

¹⁵ Bernardus Paludanus é o nome latinizado de Berent ten Broecke (1550-1633), cientista de renome internacional que colaborou no *Itinerário* de Linschoten, anotando-o.

¹⁶ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, pp. 32-34.



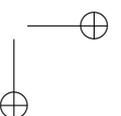
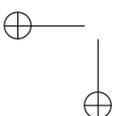
marítimas, com indicação de todos os principais portos, rios, cabos e lugares até agora descobertos e conhecidos pelos portugueses; ao que se juntam, não só os retratos dos vestidos, trajes e aspecto, tanto dos portugueses aí residentes como dos indianos naturais, e seus templos, ídolos e casas, e igualmente as principais árvores, frutas ervas e especiarias e materiais afins, mas também os costumes destes povos, tanto nas suas religiões, como na política e administração, e ainda um breve relato dos tráficos, de onde e como são tratados e encontrados, com as histórias mais memoráveis que aconteceram aí durante a sua residência, tudo descrito e reunido pelo próprio. Muito proveitoso, apropriado e também divertido para todos os curiosos e amadores de coisas estranhas.”¹⁷

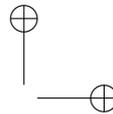
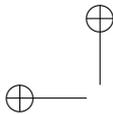
O último período deste título, aliás, revela a consciência ou, talvez, o desejo do viajante de ir ao encontro do gosto e da curiosidade pelo exótico do público, essa expectativa do insólito, do quase fabuloso, radicada na admissão de que o mundo visitado se regia por outras leis naturais e não apenas sociais. Consciência e/ou desejo que também dominavam ou tinham dominado o seu próprio olhar aquando da viagem. É essa perspectiva maravilhada e/ou que quer maravilhar, ingénua ou sedutora, que se concretiza exemplarmente num momento da Dedicatória do *Itinerário* que parece anunciar um relato fabuloso:

“Sem dúvida, é digno de espanto que a *árvore-triste* (como é chamada pelos portugueses nas Índias Orientais) floresça a noite inteira e ao amanhecer deixe cair apressadamente a sua flor, de cheiro suavíssimo, começando pelo ano inteiro a florir de novo com o pôr do sol. Ou também (o que é mais raro) que, num certo lugar do reino Anhalt, a terra produza por si própria chávenas tão perfeitas como se fossem formadas na roda do oleiro e as asas colocadas à mão.”¹⁸

¹⁷ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 69.

¹⁸ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 63.





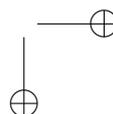
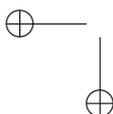
Apesar desse deslumbramento experimentado e assim partilhado, aquilo que Linschoten se propõe fazer é dar conta do mundo sob domínio ibérico, nos seus diversos aspectos (geográfico, social, cultural, etc.), para o “leitor comum”, apelando com alguma falsa modéstia à benevolência do “leitor douto”, esperando que ele interprete a sua “pouca inteligência”, o seu “modesto trabalho” e o “modo de escrever sem estilo” “mais de acordo com a boa intenção que [teve] em agradar aos [seus] ditos amigos, e também em apresentar fielmente ao leitor confinado a casa ou escritório, o que por [si] passou de notável e memorável durante treze anos, tanto de viagem como de permanência nos países /.../ referidos”¹⁹. Trata-se de um projecto de “trazer à luz de maneira simples e fiel”, “apenas uma representação natural e fiel” do que tivesse sido “notável ou memorável”, rejeitando “juntar-lhe algo de inventado, por conveniência ou conjectura racional”²⁰, e tudo “para divertimento e eventual proveito” do leitor. Em suma: reivindica-se objectividade, verdade e fidelidade de relato. Verdade, “a pura verdade”²¹, nada mais do que a verdade. . .

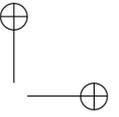
Essa noção de um mundo outro para além do conhecido, basicamente europeu, está informada por uma e mundivivência religiosa cristã que fractura o real, tendendo a povoar de seres fantásticos e assustadores o espaço que excede as suas fronteiras. A experiência da viagem vai fazendo recuar progressivamente esse lugar caótico de dragões e seres malignos, mas também vai reelaborando e recuperando o novo e diferente em nome da surpreendente e infinita diversidade da criação divina, ou seja, como maravilha que *também* prova a existência de Deus.

¹⁹ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 65.

²⁰ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 64.

²¹ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 65.





Ilhas menos acessíveis

Ao lado de obras para um público mais alargado, encontramos outras para um destinatário mais específico, “versões” delas ou trabalhos realizados com base na mesma experiência, mas que selecciona, trata e apresenta informação em função desse tipo de leitor, mais ou menos especializado na matéria.

É o caso de *Enchuyser Zeecaertbock* (*Livro de Mapas Marítimos de Enkhuiizen*, 1598), edição popular para os “mareantes comuns” do *Thresoor der Zeevaert* (*Tesouro da Navegação*, 1592), ambos da autoria do ex-piloto Lucas Janszoon Waghenaer (1534-1605), e este último, contando com a colaboração de Linschoten²².

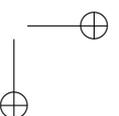
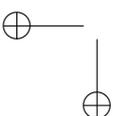
O próprio Linschoten preparou o seu *Reys – gheschrift vande Navigatien der Portugaloyzers in Orienten* (*Roteiro das Navegações dos Portugueses no Oriente*, 1595) para os navegadores holandeses, obra que compendiou e traduziu “um conjunto de roteiros de pilotos portugueses e espanhóis”²³.

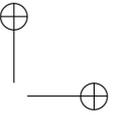
Também Joaquim Veríssimo Serrão destaca a carta do bacharel Mestre João, onde encontramos a primeira descrição do Cruzeiro do Sul, com informação especializada destinada a marinheiros, geógrafos e astrónomos²⁴.

²² Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 15

²³ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 24.

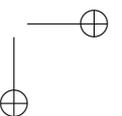
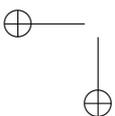
²⁴ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *op. cit.*, pp. 14-15.

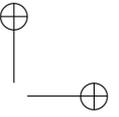




E poderíamos recordar as mensagens de viajantes para viajantes deixadas em garrafas seladas na ilha de Ascensão para barcos próximos que lá fizessem escala²⁵.

²⁵ Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 115.





Outro arquipélago

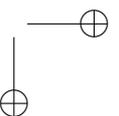
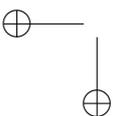
Um pouco diferente desta literatura de viagem, será a que radica numa experiência de maior permanência em terras distantes, sem considerarmos escritos oficiais como forais, doações, etc..

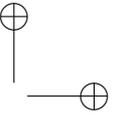
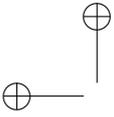
Recordo, por exemplo, a correspondência trocada entre os colonos e os seus familiares ou amigos, que dá conta de pormenores do seu quotidiano marcado pelo tempo arrastado da vivência do desterro e do isolamento. Ou a correspondência desenvolvida pelos missionários, que vai das cartas mais pessoais às “gerais”, onde cada autor compilava informação recolhida junto dos companheiros de modo a fornecer uma visão mais completa da realidade que os rodeava, e aos “relatórios” centrados na obra conjunta do apostolado²⁶.

E não resisto a referir o *Tratado* (1585) de Luís Fróis, que viveu mais de trinta anos no Japão, onde morreu em 1597.

A simples leitura do Índice revela um trabalho de observação e descrição sistemáticas e aspirando à exaustividade: “Do que toca aos homens em suas pessoas e vestidos.”, “Do que toca às mulheres em suas pessoas e trajos.”, “Do que toca aos meninos em sua criação e costumes.”, “Do que toca aos bonzos que são seus religiosos.”, “Dos templos e cousas que tocam ao culto e religião.”, “Do modo de comer dos japões e de seu beber.”, “Das armas e da guerra.”, “Dos médicos, mezinhas e modo que [têm] de se curar.”, “Dos livros e modo de escrever dos japões.”, “Do que toca às fábricas [das casas], ruas e jardins.”, “Do que

²⁶ Cf. Clara Vitorino, “As primeiras cartas do Japão. Tradução e impressão” in Ana Paula Laborinho, Maria Alzira Seixo e Maria José Meira (org.), *A Vertigem do Oriente. Modalidades discursivas no encontro de culturas*, Lisboa/Macau, Cosmos/Instituto Português do Oriente, 1999, pp. 95-116.





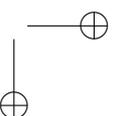
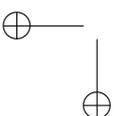
toca aos cavalos e seus *dogus*.”, “Das embarcações e seus costumes e *dogus*.”, “Dos autos, farças, danças, cantar e instrumentos de música.”, “Das cousas extraordinárias.”²⁷. Organizado tematicamente, portanto, o *Tratado* de Fróis desenvolve um permanente confronto entre o europeu e o oriental, reflectindo sobre o *eu* e o *outro* culturais e constituindo, assim, uma obra de antropologia cultural comparada, facto anunciado no próprio título:

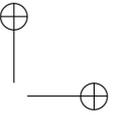
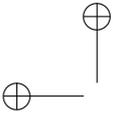
“Tratado em que se contém muito sucinta e abreviadamente algumas contradições e diferenças antre a gente de Europa e esta província de Japão./.../”²⁸

Nesses textos, a ordem da viagem cede a um discurso retoricamente marcado pelo plural generalizador, pela diferenciação de casos que se inscrevem nessa generalização, pelo presente e por uma organização sistematizadora por temas que visam ir esboçando uma identidade social, cultural, histórica, etc..

²⁷ Luís Fróis, *Europa-Japão. Um diálogo civilizacional no século XVI*, Lisboa, Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 1993, pp. 52-53.

²⁸ Luís Fróis, *op. cit.*, p. 52.





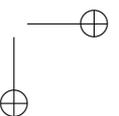
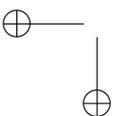
E outro arquipélago ainda

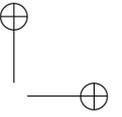
Podemos, ainda considerar uma numerosa produção literária que toma a viagem como tema, quer no sentido estrito do termo, quer no sentido figurado/simbólico, ou que a assume como modelo de aquisição/transmissão de conhecimento, ou de leitura.

O segundo caso é o de narrativas que evocam clara ou subtilmente essas suas congéneres, acabando por esbater as fronteiras do território daquelas. *Viagens na Minha Terra* (1846), de Almeida Garrett (1799-1854), constituem um bom exemplo da primeira hipótese, anunciando-se como relato de tudo o que teria sido visto e ouvido, pensado e sentido por alguém ao longo de uma viagem pelo seu país, texto que desenvolve, digressiva e alternadamente com a história da viagem e uma história amorosa, um autêntico curso de cultura geral para o leitor comum²⁹. *Os Fidalgos da Casa Mourisca* (1871), de Júlio Dinis (1839-1871) parecem-me um exemplo possível e mais subtil da segunda, porquanto o seu início se desenvolve em jeito de viagem que progride em direcção à história ficcional.

Ponderemos, de seguida, essas narrativas oitocentistas, confrontando-as esclarecedoramente com outras já mencionadas, protagonistas das viagens, embora sem esquecermos a numerosíssima produção de “viagens imaginárias”, desde as que assumem o seu estatuto ficcional, fantasista, alegórico ou satírico, até às que se pretendem fazer aceitar

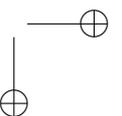
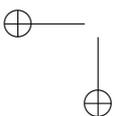
²⁹ Cf. Annabela Rita, “As Viagens: entre o enigmatismo e a curiosidade”, *Revista da Faculdade de Letras*, 5^a série, n.º 9, Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa, 1988, pp. 53-57.

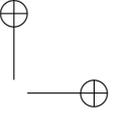
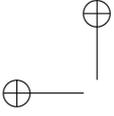




como depoimentos de uma experiência autêntica³⁰ e às que se propõem como espaços a serem percorridos em viagem de leitura.

³⁰ Cf. Jean-Michel Racault, *op. cit.*, pp. 82-109.





(observações em reconhecimento)

Mesmo ressaltando as devidas diferenças, as aberturas de *Viagens na Minha Terra* e do *Itinerário* de Linschoten revelam uma coincidência de motivos e da sua ordenação que inscreve ambos os textos no paradigma da literatura de viagens. Nelas, o sujeito do discurso dá-nos conta do modo como iniciou a viagem: fala das suas circunstâncias existenciais, da ideia ou do projecto da viagem, da sua decisão, da partida e do itinerário inicial (onde a enumeração dos locais de passagem e das datas marca o distanciamento e uma anotação sistemática, mas apenas interessada no *além* espacial).

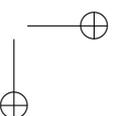
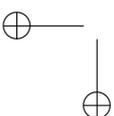
Seja a escrita projecto inerente à viagem ou seu motivo (*Viagens na Minha Terra*) ou, então, consequência dela (*Itinerário*), e impulsionada esta pelo desejo de conhecimento e de aventura, a escrita é sempre selectiva: fala-se do “notável”, do “memorável”, do “pitoresco”, do diferente, do que se destaca pela sua própria natureza, impondo-se ao observador e exigindo ser registado. Tal critério irmana a “pena ambiciosa” de Garrett e a de Linschoten.

Recordemos, então, o *incipit* de ambos os textos, evitando comentários que nos distraiam dessa leitura.

Comecemos pelo *Itinerário* de Linschoten.

No “Proémio ou prefácio para o leitor”, diz-nos o seguinte:

“Permanecendo, benévolo leitor, nas Índias Orientais, e mesmo (posso dizer sem fanfarronice) aí convivendo com a gente principal, tanto cristãos como outros, não pude, seja por inclinação natural, estranheza ou espanto, deixar de, de vez em quando, anotar e esboçar ou retratar, o melhor que podia, o que lá me



parecia notável ou diferente do carácter, costumes e hábitos do nosso país, e isto apenas por divertimento ou passatempo, para mais tarde o poder mostrar, em privado, como novidade, aos meus amigos. /.../ após o meu regresso /.../, o material que tinha reunido /.../ parecia /.../ inspirar-lhes admiração, prazer e satisfação extraordinários /.../. /... a boa intenção que tive /.../ em apresentar fielmente ao leitor confinado a casa ou escritório, o que por mim passou de notável e memorável durante /.../ viagem /.../ como /.../ permanência /.../.” (“Proémio ou prefácio para o leitor”)³¹

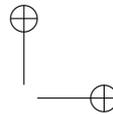
Quanto ao *Itinerário*, propriamente dito, começa assim:

“Encontrando-me na minha terra natal, na minha primeira juventude, e sentindo-me inclinado à leitura de coisas estranhas sobre países e histórias, em que encontrava um prazer e divertimento extraordinários, com um ainda maior despertar do desejo de ver países estranhos e desconhecidos ou viver algumas aventuras, para assim satisfazer um pouco a minha afeição, resolvi deixar por algum tempo a terra natal e a convivência de amigos e familiares. Embora isso me pesasse, a esperança que tinha de satisfazer o meu desejo animou-me finalmente a seguir avante, confiado em que o Senhor me ajudaria a cumprir o meu intento.

Estando com estes pensamentos, e uma vez resolvido a concretizá-los, despedi-me dos meus pais, que então viviam em Enkhui-zen; e, estando pronto para partir, embarquei numa frota de navios que, perto da ilha de Texel, estava para navegar para Espanha e Portugal, a bordo de um navio destinado a San Lucar de Barrameda. A minha intenção era viajar até Sevilha, onde dois irmãos meus já viviam há vários anos, para assim melhorar a minha situação e, com a ajuda deles, ganhar experiência do país e da língua espanhola.

A 6 de Dezembro do ano de 1579, largámos da ilha de Texel (sendo a companhia de cerca de 80 navios), tomando rumo a Espanha. A 9 do mesmo mês passámos pelas pontas de Inglaterra e

³¹ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 65.



França. A 12 avistámos o cabo chamado Finisterra. A 15 vimos a terra de Sintra, ou seja, o cabo da Roca, onde o rio Tejo, ou Tagus, desagua no mar, na margem do qual fica a célebre cidade de Lisboa, onde alguns navios da nossa frota aportaram, separando-se de nós. A 17 vimos o cabo de São Vicente. A 25, dia de Natal, entrámos no rio de San Lucar de Barrameda, onde permaneci dois ou três dias, viajando depois para Sevilha./.../”³²

Passemos, agora, às *Viagens na Minha Terra* de Almeida Garrett.

A obra abre com uma epígrafe que exprime o desejo autoral de surpreender, inovando literariamente num território que é o das “descobertas”, das viagens, incluindo o da viagem intimista que o citado paradigmatisa:

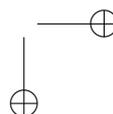
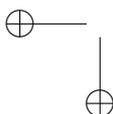
“Qu’il est glorieux d’ouvrir une nouvelle carrière et de paraître tout-à-coup dans le monde savant, un livre de découvertes à la main, comme une comète inattendue étincelle dans l’espace!”
X. de Maistre

E o texto começa com uma reflexão sobre a adequação entre o modelo literário e as circunstâncias existenciais do seu autor, critério em nome do qual Garrett rejeita o modelo intimista convocado pela epígrafe e propõe o que se concretizará no texto que está a começar:

“Que viaje à roda do seu quarto quem está à beira dos Alpes, de Inverno, em Turim, que é quase tão frio como Sampetersburgo – entende-se. Mas com este clima, com este ar que Deus nos deu, onde a laranjeira cresce na horta, e o mato é de murta, o próprio Xavier de Maistre, que aqui escrevesse, ao menos ia até o quintal.

Eu muitas vezes, nestas sufocadas noites de Estio, viajo até à minha janela para ver uma nesguita de Tejo que está no fim da rua, e me enganar com uns verdes de árvores que ali vegetam sua

³² Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, pp. 69-70.





laboriosa infância nos entulhos do Cais do Sodré. E nunca escrevi estas minhas viagens nem as suas impressões: pois tinham muito que ver! Foi sempre ambiciosa a minha pena: pobre e soberba, quer assunto mais largo. Pois hei-de dar-lho. Vou nada menos que a Santarém: e protesto que de quanto vir e ouvir, de quanto eu pensar e sentir se há-de fazer crónica.

Era uma ideia vaga, mais desejo que tenção, que eu tinha há muito de ir conhecer as ricas várzeas desse Ribatejo, e saudar em seu alto cume a mais histórica e monumental das nossas vilas. Abalam-me as instâncias de um amigo, decidem-me as tonterias de um jornal, que por mexeriquice quis encabeçar em desígnio político a minha visita.

Pois por isso mesmo vou: – pronunciei-me.

São 17 deste mês de Julho, ano de graça de 1843, uma segunda-feira, dia sem nota e de boa estreia. Seis horas da manhã a dar em S. Paulo, e eu a caminhar para o Terreiro do Paço. Chego muito a horas

/.../

Também são chegados os outros companheiros: o sino dá o último rebate. Partimos.

/.../

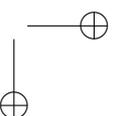
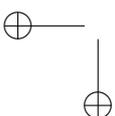
Assim vamos de todo o nosso vagar contemplando este majestoso e pitoresco anfiteatro de Lisboa oriental, que é, vista de fora, a mais bela e grandiosa parte da cidade, a mais característica /.../ /.../

/.../

Já saudámos Alhandra, a toireira; Vila Franca, a que foi de Xira, e depois da Restauração, e depois outra vez de Xira /.../

/.../

Era com efeito notável e interessante o grupo a que tínhamos chegado, e destacava pitorescamente do resto dos passageiros



/. . . /”³³

Creio que estes excertos bastam para confirmar que ambas as narrativas são informadas pelo mesmo modelo textual que actualizam diversamente e de que *Viagens na Minha Terra* tende a afastar-se modelando um exercício de “fuga” com nova proposta, em função das também novas circunstâncias.

Mas vejamos ainda um outro aspecto em que estes dois tipos de narrativa se assemelham.

Como escrita que se fundamenta no sujeito que alegadamente protagonizou a experiência da viagem, esses textos tendem a desenvolver-se de modo assumidamente controlado por ele.

Recorrendo a um exemplo mais expressivo, lembro que quase todas as secções d’*A Descrição do Mundo* de Marco Polo terminam com uma afirmação do tipo de “Nous vous avons donc parlé de . . . , nous allons vous parler d’autres choses aussi nouvelles.”³⁴, signos demarcativos que vão orientando e concretizando (com anúncios mais especificadores) a curiosidade do leitor.

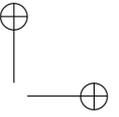
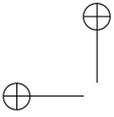
Ora, também nas *Viagens* o narrador *nos faz acompanhá-lo, ver e sentir com e como* ele (o presente compacta, sobrepõe, o tempo da leitura, o da escrita e o da viagem) numa sequência marcada pela viagem. Do mesmo modo, n’*Os Fidalgos*, o narrador *conduz-nos à ficção e, nela*, aos seus lugares, acontecimentos, personagens, etc..

Curioso, às vezes, parece ser a escrita e a relação comunicativa determinarem o movimento da viagem (em rigor, do discurso sobre ela), o que, além de inverter paradoxalmente a relação de implicação e dependência entre a viagem e a sua escrita, intensifica a cumplicidade entre os sujeitos de escrita e de leitura, com um efeito de redução da distância espácio-temporal e da diferença experiencial entre ambos. Vejamos um exemplo disso em Marco Polo:

“Je vous ai donc parlé de cette organisation et nous partirons

³³ Almeida Garrett, *Viagens na Minha Terra*, Porto, Porto Editora, s.d., pp. 14-18.

³⁴ Almeida Garrett, *op. cit.*, p. 257.



de la cité de Pékin et entrerons en Chine pour vous parler des choses grandes et magnifiques qu'on y trouve.”³⁵

Confrontemo-lo com um passo das *Viagens*:

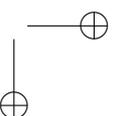
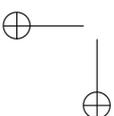
“Mas basta de vale, que é tarde. Oh lá! Venham as mulinhas e montemos. Picar para Santarém /.../.

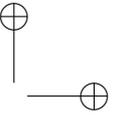
– ‘Porquê? já se acabou a história de Carlos e de Joaquina?’ diz talvez a amável leitora.

– ‘Não, minha senhora,’ responde o autor mui lisonjeado da pergunta: ‘não, minha senhora, a história não acabou, /.../ mas houve mutação de cena. *Vamos a Santarém, que lá se passa o segundo acto’.*”³⁶.

³⁵ *Op. cit.*, pp. 256-257 (sublinhados meus).

³⁶ Almeida Garrett, *op. cit.*, p. 172 (sublinhados meus).





(observações em segundo reconhecimento)

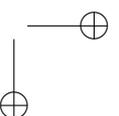
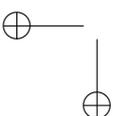
Observemos, agora, como *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, de Júlio Dinis, um romance de transição entre o Romantismo e o Realismo, aparentemente sem relação com a literatura de viagens, pode convocar o modelo desta pelo *modo como conduz o discurso e o leitor em direcção ao objecto da sua narrativa*: trata-se de uma paródia (no sentido que Linda Hutcheon propõe³⁷) estrategicamente ao serviço, quer da amplificação da curiosidade e da disponibilidade do leitor, quer da verosimilhança da história contada, quer, ainda, da aceitabilidade da “lição” que ela constitui.

Começarei de novo por recordar um exemplo da literatura de viagens, no caso, a *Carta de Pero Vaz de Caminha*, destacando a narrativa do reconhecimento da terra desconhecida, desde os primeiros sinais do seu vislumbre, à aproximação a ela e ao contacto com ela e com os seus habitantes:

“E assim seguimos por este mar de longo até que, terça-feira de Oitavas de Páscoa, que foram vinte e um dias de Abril, cerca de 660 ou 670 léguas da dita ilha, segundo diziam os pilotos, topámos alguns sinais de terra, os quais eram muita quantidade de ervas compridas a que os mareantes chamam botelho, assim como outras a que também chamam rabo-de-asno.

E, quarta-feira seguinte pela manhã topámos aves a que chamam fura-buxos.

³⁷ Cf. Linda Hutcheon, *Uma teoria da paródia*, Lisboa, Edições 70, s.d. [1989].





E neste dia, às horas de véspera, houve vista de terra, isto é, primeiramente dum grande monte mui alto e redondo e doutras serras mais baixas ao sul dele e de terra chã, com grandes arvoredos, ao qual monte o capitão pôs nome – o Monte Pascoal – e à terra a Terra de Vera Cruz.

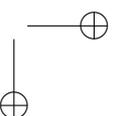
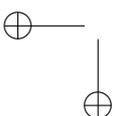
Mandou lançar prumo. /.../

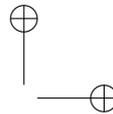
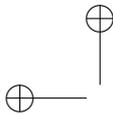
E à quinta-feira, pela manhã, fizemos vela e seguimos direitos à terra, indo os navios pequenos diante por dezassete, dezasseis, quinze, catorze, treze, doze, dez e nove braças até meia légua de terra, onde todos lançámos âncoras no enfiamento da boca de um rio. /.../

E dali houve vista de homens que andavam pela praia, cerca sete ou oito, segundo disseram os navios pequenos, por chegarem primeiro. /.../ E tanto que ele começou a ir para lá acudiram pela praia homens, quando aos dois, quando aos três, de maneira que quando o batel chegou à boca do rio eram ali dezoito ou vinte homens pardos, todos nus, sem nenhuma coisa que lhes cobrisse suas vergonhas. Traziam arcos nas mãos e suas setas. Vinham rijos para o batel.”³⁸

À medida que os viajantes se aproximavam da terra descoberta, denunciada antes por certos sinais, esta *foi crescendo* para eles em definição e pormenores (movimento, número, tamanho, cor, forma, modo de uso, etc.). Continuando a leitura do relato, verificamos que eles acabam por descer dos barcos, por circular na praia e por enviar observadores com os nativos. Isso, para já não mencionar o movimento dos índios relativamente àqueles. Em suma, há uma progressão do perceptivo ao convivial, imagisticamente marcada pela sucessão de planos que vão assinalando o movimento perspectivante até à inscrição dos viajantes no novo território, progressão que se duplica no processo cognoscente.

³⁸ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *op. cit.*, pp. 59-60.





Voltemos, agora, a nossa atenção para *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, de Júlio Dinis³⁹.

Em trabalho anterior, tive já ocasião de reflectir sobre a estratégia comunicativa que informa o romance e que radica sobre uma dupla restrição de campo de visão realizada pelo próprio título: o da observação, seleccionando o sector do real que lhe interessa e que elabora ficcionalmente, e o da leitura, escolhendo um destinatário priviligiado, em ambos os casos, *fidalgos de casas mouriscas*⁴⁰...

Mesmo sinteticamente, vale a pena observar o modo como Júlio Dinis nos conduz para o universo ficcional dos fidalgos, nos faz aportar ao seu território ficcional...

Desde a abertura do romance, notei, então, que o descritivo é habilmente instrumentalizado pelo narrativo num trabalho de processamento de informação muito marcado pela selectividade, pela economia: tudo converge para um efeito de maior *compreensibilidade* do universo ficcional, devendo-se esta ao modo subtil e progressivo como o narrador vai fazendo o leitor *visualizar, avaliar e conviver* com esse mundo.

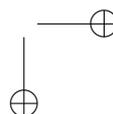
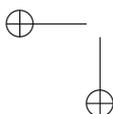
Tudo progride através de estratégicos deslizamentos de uma “lente” para outras, como em análise laboratorial. Depois de uma panorâmica de Portugal temporal e geograficamente abrangente, a “câmara” narrativa suspende-se num pormenor de que se aproxima: a “grande angular” histórico-geográfica cede a um “zoom” e a um “grande plano” (a família dos fidalgos) a que confere *aceitabilidade* pela consequencialidade discursiva. A ficção surge, assim, inscrita na História em jeito de exemplo (“Era o que sucedia com o solar dos Senhores Negrões de Vilar de Corvos, /.../ conhecidos pelo nome dos Fidalgos da Casa Mourisca.”⁴¹)

Com a aproximação, o observado vai-se definindo, expandindo, pormenorizando, esclarecendo: à imagem histórica impressionista, que

³⁹ Júlio Dinis, *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, Porto, Livraria Civilização, 1980.

⁴⁰ “Júlio Dinis, ‘um autor menos atrevido?’ *Os Fidalgos da Casa Mourisca*, ou o mapa do tesouro”, *Boca do Inferno*, n.º 4, Cascais, Câmara Municipal de Cascais, Julho de 1999, pp. 75-101.

⁴¹ *Ibidem*, p. 6.





o plural indefinidor torna quase pontilhista, vai sucedendo a imagem clara e rigorosa do mundo ficcional à nossa escala. Esta imagem é a que permanece e, nela, começamos a observar movimento, vida e diferença entre o principal e o secundário, deixando a nossa atenção absorver-se e descontrair-se, alternadamente. . . Como se, repito, narrador e leitor *se fossem aproximando do lugar* ficcional. A observação aérea muito distanciada, que microscopiza, planifica e imobiliza o visível (o *cartografa e fotografa*) deixa-se substituir por uma outra que se move em direção a esse lugar, restringindo o campo visual ao mesmo tempo que o amplifica, volumetriza e dinamiza (o *territorializa*). Esse *deslizamento perceptivo* denuncia, quer uma intelecção sinedóquica e tipificadora do real, quer uma manipulação intelectual do leitor.

Confluindo com esse movimento de aproximação à “época em que vai procurá[-los (aos fidalgos)] a nossa narração”⁴², esboça-se e desenvolve-se um outro que parece inscrever o leitor no romance modelando-lhe uma trajectória apetente, curiosa e indagadora, afinal e inequivocamente, a de um viajante:

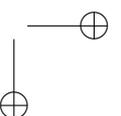
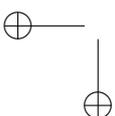
“/.../ *quem*, ao dobrar a última curva da estrada irregular por onde se vinha à aldeia, *via surgir* de repente do seio de um arvoredo secular aquele vulto escuro e sombrio, contrastando com os brancos e risonhos casais disseminados por entre a verdura das colinas próximas, *mal podia reter* uma exclamação de *surpresa* e involuntariamente *parava a contemplá-lo*.

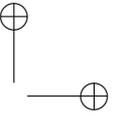
/.../

Reparando mais atentamente, outros motivos concorriam para fortalecer esta *primeira impressão*. /.../ [E]sta permanência de estragos, traíndo a incúria ou a insuficiência de meios do proprietário actual, iniciava no espírito do *observador* uma série de melancólicas *reflexões*.

E se o movesse a curiosidade a indagar na vizinhança informações sobre a família que ali habitava, obtê-la-ia próprias a

⁴² *Ibidem*, p. 14.





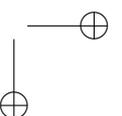
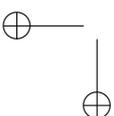
corroborar-lhe os seus primeiros e espontâneos juízos.”⁴³

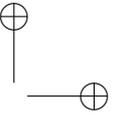
“Ao viajante, que já supusemos parado a contemplar o vulto de-negrado da Casa Mourisca, não passaria ela também despercebida.”⁴⁴

Além de nos sentirmos previstos e inscritos no texto como viajantes-observadores, somos conduzidos, dedutivamente, da “primeira impressão” às “reflexões”, ao “trabalho de campo” da indagação/exploração e, por fim, aos “juízos”. Como acontece sempre em viagem... A narração parece *moldar-se* à nossa subjectividade e *ordenar-se* de acordo com ela, aparência estratégica e enganadora que intensifica o nosso interesse e que capta a nossa empatia.

⁴³ *Ibidem*, pp. 6-7.

⁴⁴ *Ibidem*, p. 16.



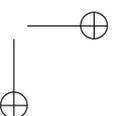
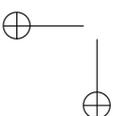


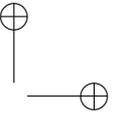
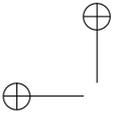
(observações noutras margens)

Há obras que desejam construir a sua leitura, concebendo-se como território a ser percorrido e indicando um ou mais itinerários ao seu leitor.

É o caso de *Labyrinthus* (1981), de Casimiro de Brito, polifonia dramática que, no final, enuncia “o fio de ariadne” que revela uma arquitectura diferente da da sequência textual, radicada num fragmentarismo temático. Algo de semelhante acontece com o romance *Pátria Sensível* (1983), do mesmo autor: os “Percursos” com que o livro abre surgem como alternativa à ordem textual, ou viagem que se conjuga com ela para uma leitura mais sensível.

No século XIX, *L’Histoire du roi de Bohême et de ses sept chateaux* (1830) de Charles Nodier é outro exemplo curioso: faz-se percorrer literalmente através de um jogo de espaços que consagra a monumentalidade das palavras e das letras, lugares onde o leitor se movimenta e que assim vai habitando.





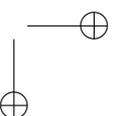
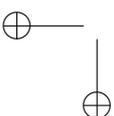
E outro arquipélago ainda?

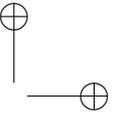
Apesar de muito distante, vislumbro sinais de outro território sobre o qual talvez seja possível dizer que usa a viagem como padrão de conhecimento em processo. Refiro-me ao filão da moderna divulgação científica de escola anglo-americana que procura tornar acessível um saber especializado através da narrativa da aventura reflexiva e experimental que lhe está na génese⁴⁵.

Folheemos alguns volumes, por exemplo, da colecção “Ciência Aberta” da Gradiva, nome bastante expressivo dessa estratégia de conquista de um público alargado. Os próprios títulos surpreendem e atraem: quem não sente curiosidade e, às vezes, familiaridade, perante *O Sorriso do Flamingo* ou *Quando as galinhas tiverem dentes*, de Stephen Jay Gould, ou *O Nariz de Cleópatra*, de Daniel J. Boorstin, para não multiplicar as referências? E, nos índices, essa curiosidade mais e mais se aguça. . .

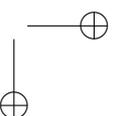
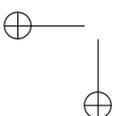
Em vez de nos oferecer uma breve síntese científica, o investigador opta por nos *contar* como chegou ou se chegou a tais e tais conclusões, o percurso da observação-hipótese-conclusão, mas sem rasurar os obstáculos nem os retrocessos (hipóteses infirmadas): o raciocínio desdobra-se diante de nós clarificando as suas referências, as suas etapas, os seus sucessos e insucessos, as perplexidades, as suspeitas, as convicções e, por fim, as conclusões. O conhecimento “atópico” dá, assim, lugar ao conhecimento subjectizado, protagonizado, historicizado, condicionado por um eu-aqui-agora que o relativiza e que o humaniza.

⁴⁵ Sobre esta questão, cf. Annabela Rita, “Acerca do discurso da moderna divulgação científica”, *Vértice*, II série, 11, Lisboa, Caminho, Maio de 1989, pp. 69-72.





Aprendemos *com* e *como* o cientista: esclarecidas as razões da tese, ela *naturaliza-se* para nós, acalmando, até, eventual intimidação que qualquer um tenha perante áreas do conhecimento que lhe são estranhas, e atrainos para uma cumplicidade seduzida.





Apontamentos do “notável”

“Homem velho no meio dos juncos – suspeita do poeta.
Põe-se a caminho do Norte – faz um livro com os olhos.
Escreve-se a si próprio na água – perdeu o mestre.

/.../

Por aqui passou o poeta na sua viagem */.../*”

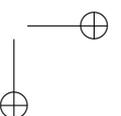
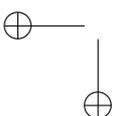
“Talhavas do mundo uma imagem que tem o teu nome.

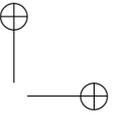
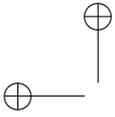
/.../

Vejam à borda de água o rasto do poeta
A caminho */.../*. Vejam a água que o apaga,
O homem de chapéu que volta a inscrevê-lo,
Guardando água e pegada, parando cada vez o movimento
passado,
Pelo que o desaparecido se mantém presente como algo que
desapareceu.”

Cees Nooteboom

Antes de mais, as obras com a temática da viagem apresentam uma semelhança arquitectónica que lhes advém, não apenas do ciclo partida-regresso-escrita (ou sua conclusão), mas também de um certo número de peripécias que constituem os incidentes e os acidentes de



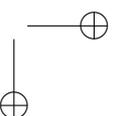
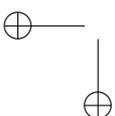


viagem, variáveis em função do espaço e da época: refiro-me a tempestades, eventuais naufrágios, assaltos, encontros, permanências mais prolongadas, dificuldades diversas, perda de pessoas e de bens ou mantimentos, doenças, etc..

No caso dos relatos redigidos durante a viagem, em especial, eu destacaria um tipo de sequência textual muito interessante: a do encontro com indivíduos de raças e culturas diferentes. A descrição procura, aí, apreender a identidade do *outro* cultural a partir do aspecto exterior, passando por uma inquirição hipotético-dedutiva ao seu interior e ao seu comportamento para com os observadores. A representação do *outro* surge em construção, revelando-se complexa e dubitativa, exigindo do viajante todos os recursos. E a complexidade é tanto maior quanto, por vezes, há plena consciência de uma *simetria cognoscente* nesse contacto: o *outro* também está a tentar fazer o mesmo relativamente ao viajante. Nos relatos de escrita posterior, esse “retrato” do outro surge já na síntese tranquila a que a experiência permitiu chegar.

Além disso, se a viagem ao desconhecido é uma experiência individual, mesmo quando realizada em grupo, porquanto ela supõe uma incorporação de conhecimentos, uma assimilação de que o sujeito sairá, pelo menos, culturalmente transformado, escrever sobre ela pressupõe o desejo de partilhar com os outros essa experiência subjectiva, de lhes dar a dimensão subjectiva dessa experiência, e o conhecimento adquirido. Luís de Cadamosto exprime bem esse desejo:

“Tendo eu, Luís de Cadamosto, sido o primeiro da nossa cidade de Veneza que se resolveu a navegar o mar oceano para fora do estreito de Gibraltar, contra as partes do Meio-Dia, nas terras dos Negros da Baixa Etiópia, nem por memórias nem por escrituras, nunca dantes navegado e, neste meu itinerário, havendo visto muitas coisas novas e dignas de alguma notícia, para que aqueles que de mim vierem a descender possam saber qual tenha sido o meu ânimo em haver-me posto a procurar diversas coisas em vários e novos lugares (pois, na verdade, o nosso viver e os nossos costumes e lugares em comparação com as coisas por mim



vistas e sabidas outro mundo aqui se poderiam chamar) /.../”⁴⁶

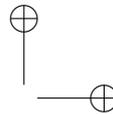
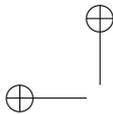
O texto abre, assim, com uma tripla afirmação: a do sujeito como “o primeiro” da colectividade a fazer tal viagem e a conhecer tais lugares; a da novidade e da “notabilidade” do que viu no processo; a das razões da viagem e da escrita. Estatuto do sujeito, natureza do narrado e justificação da viagem e da escrita. Trata-se de esclarecer os alicerces do edifício ficcional para o legitimar, mas também como modo de excitar a curiosidade do leitor (estratégia de *marketing*, diríamos hoje), fórmula publicitária.

Ora, sendo esse desconhecido substancialmente diferente do território comum ao autor e aos seus leitores, falar sobre ele implicará opções retóricas que favoreçam essa socialização, que permitam *tratar a diferença e torná-la compreensível* aos outros. Vejamos, pois, como é que isso se concretiza nos textos que tenho vindo a referir, qual a estratégia e os recursos retóricos que assemelham uma produção tão heterogénea.

Em primeiro lugar, como tentei demonstrar atrás, constato um trajecto discursivo que procura duplicar o itinerário da viagem, facto de que resulta uma progressão do conhecimento favorável à compreensão dos leitores: o doseamento informativo radicado na *relação* do viajante com o território percorrido, desde a percepção dos primeiros sinais até à sua inscrição convivial nele, *naturaliza* a quantidade, a qualidade e as etapas e os “gestos” de conhecimento (a busca da explicação, da tradução, da história de, etc.).

Um curioso exemplo disso acontece com a recém-publicada obra de Pedro Rosa Mendes, *Baía dos Tigres* (1999), totalmente disponível num site na Internet (www.baiados tigres.com), onde o leitor é forçado a seguir a experiência vivida pelo autor: num mapa de África, esboça-se o itinerário da travessia de Angola à contracosta (duplicação ensaiada da de Capello e Ivens), ao longo do qual o leitor vai seleccionando sempre o lugar assinalado a seguir na sequência, lugar que lhe

⁴⁶ Cit. por Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 61.



oferece o fragmento narrativo correspondente, e tendo apenas de optar entre continuar, retroceder e desistir, como terá acontecido ao próprio viajante-relator.

Em segundo lugar, o descritivo expande-se na narrativa, procurando dar conta da totalidade, da diversidade e da complexidade do visível e resolver o olhar curioso e maravilhado do viajante que deseja, por sua vez, deslumbrar. Às vezes, a enumeração apresentacional é uma forma de multiplicar informação com que se quer espantar o destinatário para garantir o ascendente sobre ele, mantendo-o suspenso do encanto do discurso, como acontece na “Dedicatória” do *Itinerário* de Linschoten, numa passagem já citada acima:

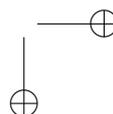
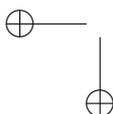
“Sem dúvida, é digno de espanto que a *árvore-triste* (como é chamada pelos portugueses nas Índias Orientais) floresça a noite inteira e ao amanhecer deixe cair apressadamente a sua flor, de cheiro suavíssimo, começando pelo ano inteiro a florir de novo com o pôr do sol. Ou também (o que é mais raro) que, num certo lugar do reino Anhalt, a terra produza por si própria chávenas tão perfeitas como se fossem formadas na roda do oleiro e as asas colocadas à mão.”⁴⁷

No corpo da narrativa, a descrição procurará obsessivamente substituir a realidade, alongando-se na multiplicação do pormenor, chegando a denunciar esse anseio de exaustividade em expressões como “E isto é tudo...”⁴⁸ ou equivalentes⁴⁹.

⁴⁷ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 63.

⁴⁸ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 147.

⁴⁹ Note-se que este desejo de exaustividade tem uma longuíssima tradição de obras que procuram “descrever o mundo” (desígnio expresso por títulos como *História Natural*, de Plínio o Velho, *Universo* (c. 859), de Raban Maur, *Imagem do Mundo* (c. 1150), de Honorius de Ratisbonne, *Espelho da Natureza* (1258), de Vincent de Beauvais). Na lógica do pensamento cristão, tal desejo explicava-se pela necessidade de recensear, na sua totalidade e na sua diversidade, as provas da existência de Deus, quer para fazer admirar a sua criação, quer para deplorar o que o homem (o pecado original) teria feito dela. Daí uma tradição de “descrição do mundo” assumindo-se





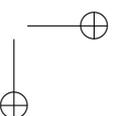
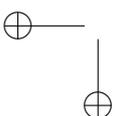
Dominante, o descritivo impõe-se ao narrativo informando-o de parataxe: a hierarquia discursiva organizada pela narração da viagem, esqueleto desse corpo de palavras, afrouxa-se a partir do momento em que a observação do visível monopoliza o viajante. Lateralizador, o discurso enumera, inventaria, especifica caso a caso, diz o movimento, a quantidade, o tamanho, a cor, a utilização, etc., elemento a elemento, minucioso, consciencioso, curioso, deslumbrado, diluindo os nexos sequenciais e consequenciais em benefício da imagem reconstituída que conforma na mente de quem o segue, onde se junta a outras com que vai formando um conjunto, à maneira de um *puzzle* imaginário.

Ao serviço da descrição, desenvolve-se outra informação, como acontece, por exemplo, no *Itinerário*, quando Linschoten fala do rio Ganges: à descrição do seu aspecto, junta informação sobre a sua localização geográfica, os usos locais, a relação da comunidade com o rio, a lenda indiana sobre a sua nascente, as culturas nas suas margens, etc.⁵⁰. E a descrição acaba por também convidar ao comentário do viajante, que recorda, compara, reflecte, etc..

Em suma, o discurso desdobra-se, revelando um exercício e uma metodologia de aquisição de conhecimento desenvolvidos pelo viajante. Isso torna-o eminentemente pedagógico e formativo, uma vez que ensina a conhecer com o seu exemplo, ao mesmo tempo que transmite informação, seguindo a ordem da sua aquisição. Além disso, ele demonstra-se também como um discurso compulsador de saberes diversos, da geografia, à botânica, à zoologia, à mineralogia, à sociologia, à história, etc., e, nas obras elaboradas no regresso de viagem, informado de erudição. Neste último caso, ele conta, por vezes, com a colaboração de especialistas da matéria, como acontece com o *Itinerário* de Linschoten, cujas notas de Paludanus interrompem sistemática-

como tarefa acumuladora de saber, reprodutora do já dito e actualizadora da informação. Com Marco Polo, em especial, esse tipo de trabalho cede à descrição radicada na ordem, sequência e (reivindicada) experiência da viagem, protagonizada, sem pretensão à anterior completude. São as “Imagens do mundo” onde a ordem simbólica tende a fantasmizar-se na ordem pragmática e subjectiva.

⁵⁰ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, pp. 108-109.



mente o texto: essa *voz off* encena e institucionaliza o juízo da ciência no espaço literário, reforçando-lhe a componente documental, referencial, a fidedignidade.

Procurando dar conta do visível, o discurso confronta-se, naturalmente, com uma dupla dificuldade: a nomeação e o tratamento do exótico.

Quanto à nomeação, necessária para a referência ao objecto (no mesmo relato, em relatos diferentes, etc.), o viajante tende a ultrapassar a dificuldade de dizer o inteiramente novo, grosso modo, de três maneiras.

Uma delas é atribuir um nome descritivo do aspecto, como acontece, por exemplo, com a avestruz quando designada “pássaro-camelo”⁵¹. Se a nomeação for bem aceite, expressiva, poderá ser adoptada por outros, mas o círculo tenderá a permanecer restrito.

Outra hipótese é adoptar um nome já atribuído, por exemplo, “a *árvore-triste* (como é chamada pelos portugueses nas Índias Orientais)”⁵². Se, às vezes, a estranheza do nome justifica a sua explicação, rigorosa ou fantasiosa⁵³, em geral, essa nomeação obriga a um esclarecimento detalhado sobre o uso do objecto (se é o caso) para que o leitor perceba o que está em causa. Quando tal é possível, o nome é acompanhado da sua tradução ou equivalência, eventualmente com mais alguma explicação⁵⁴. O esclarecimento, por vezes, estende-se

⁵¹ Orlando Ribeiro, *op. cit.*, p. 99.

⁵² Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 63.

⁵³ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, pp. 140-144.

⁵⁴ Já agora, recorde uma passagem exemplar de Linschoten: “Chegando agora ao significado ou sentido dos nomes destes referidos reis ou senhores, deve saber-se que quando o rei repartiu estas terras por estes capitães e governadores lhes deu títulos honrados, o que é costume entre eles quando se quer honrar alguém. Deve notar-se que não são nomes próprios, mas unicamente certos nomes e títulos de honra, que eles e a sua progenitura depois mantiveram. Assim, o nome Idalcão ou Adil Khan quer dizer ‘rei da justiça’, pois ‘adil’ na língua persa, é justiça e ‘khan’ rei. ‘Maluc’ quer dizer reino e ‘niza’ é lança ou dardo, pelo que Niza-Maluco quer dizer ‘lança do reino’. /.../ alguns são da opinião que estes ‘malucos’ devem ser chamados ‘meliques’, o que quer dizer ‘reizinhos’.” (*op. cit.*, p. 143)



longamente e complexifica-se também mais do que o necessário, denunciando o desejo de ostentar conhecimento e de se fazer admirar por isso.

A terceira hipótese de resolver tal dificuldade é exemplarmente ilustrada pela obra *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae (Teatro das Coisas Naturais do Brasil)* (1664)⁵⁵ cujo título exprime bem a preocupação científica: procurando inventariar em diferentes secções o mundo vivo do espaço brasileiro com base em fontes e materiais de autoria diversa, o médico Christian Mentzel optou por fazer acompanhar cada desenho dos diferentes nomes que essas fontes lhes atribuíam, identificando-as.

Relativamente à dificuldade de dizer o *exótico* ou o *estranho*, o discurso resolve-a ou ultrapassa-a através da *imagem*, seja a retórica, seja a visual.

A nível da retórica, a figura privilegiada é a *comparação* e o termo de referência, o conhecido do europeu, do quadro de referência comum: a comparação consagra e estabiliza o gesto cognoscente como aproximação intelectual entre dois mundos, assinalando a distância, a possibilidade de equivalências e colocando lado a lado, sem se decidir por um em detrimento do outro, evitando a rasura da metáfora no plano da imaginação⁵⁶.

Não resisto a recordar alguns passos do *Tratado* de Luís Fróis, perfeito exemplo desse procedimento, onde a observação se desenvolve em paralelismo sistemático:

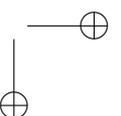
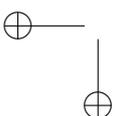
“Pola maior parte os homens de Europa são altos

de corpo e boa estatura;

Os Japões pola maior parte mais baixos de corpo

⁵⁵ Cristina Ferrão e José Paulo Monteiro Soares (eds.), *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae. Brasil-Holandês* (2 vols.), Rio de Janeiro, Editora Index, 1993.

⁵⁶ Curiosamente, Linschoten, quando descreve Goa, compara-a sistematicamente a Lisboa (“... tal como Lisboa”, *op. cit.*, p. 146) e quando se refere ao sistema judicial diz que “é como em Portugal” (*op. cit.*, p. 147), confronto que, apesar de não ser totalmente claro para os seus contemporâneos, se explica pelo facto de esse território estar sob domínio português.





E estatura que nós.

/.../

A honra e primor que a gente de Europa tem posta
na barba;
os Japões a põem no cabelinho que trazem atado detrás
do toutiço.”⁵⁷

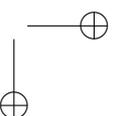
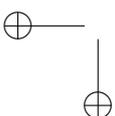
“ Antre nós se comem todas as frutas maduras,
e somente os pepinos verdes;
os Japões todas as frutas verdes, e os pepinos
somente muito amarelos e maduros.
Nós cortamos o melão ao comprido;
os Japões o cortam ao través.
Nós cheiramos o melão pola cabeça;
eles polo pé.
Nós o comemos, e depois lhe deitamos a casca fora;
eles o aparam e lhe tiram primeiro a casca fora
que o comam.”⁵⁸

Se aqui a comparação estrutura sistematicamente a observação e tende à exaustividade, fazendo desta obra um caso algo singular, a verdade é que a leitura de qualquer texto da literatura de viagens nos confronta com frequência com expressões como “uma espécie de”, “... como... , embora o não fosse”, “como se”, “como quer que”, “pareciam”, “parece”, “me parece que”⁵⁹, etc.. E o confronto pode, também, ser critério de organização do material, permitindo classificar os

⁵⁷ Luís Fróis, *op. cit.*, p. 56.

⁵⁸ Luís Fróis, *op. cit.*, p. 105.

⁵⁹ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *op. cit.*, pp. 61-63 e 69-70.





elementos que o constituem por semelhança e dissemelhança, como acontece no *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae (Teatro das Coisas Naturais do Brasil)*.

Mesmo assim, o viajante pode sentir as limitações da linguagem para fazer o leitor visualizar o elemento estranho e recorrer, como complemento, a imagens desenhadas ou pintadas com que ilustra o seu trabalho.

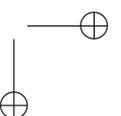
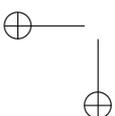
Linschoten fá-lo quando descreve, por exemplo, as mulheres indianas e os seus hábitos, remetendo para as figuras desenhadas “para um melhor entendimento” e comentando-as uma a uma na sequência discursiva com os indicadores “Aqui se encontra...” e equivalentes⁶⁰. Isso cria uma descontinuidade no modo de leitura: se, até aí, o leitor seguia o discurso procurando representá-lo mentalmente, esses indicadores suspendem-lhe o funcionamento da imaginação, substituindo-a pela observação que estimulam e orientam. Um discurso sobre outro discurso (neste caso, pictórico), ambos reconhecendo as suas limitações, ambos conjugando-se para melhor representar o real, interpenetrando-se, mas sendo sempre o linguístico a apreender o pictórico, a percorrê-lo (“Aqui se encontra... e também... e também... assim como... ou...”⁶¹), a destacar-lhe elementos, a ponderá-los e, por fim, a decidir regressar à sua modalidade anterior, apelando de novo à representação imaginativa.

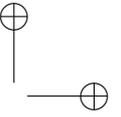
Também *La Galerie Agréable du Monde* (1690), obra monumental em 66 volumes, integra numerosas estampas que Pierr Vander, de Leiden, o editor, garante terem sido desenhadas nos locais. A imagem esclarece, assim, a informação, conferindo à obra eventual dimensão artística, mas também lhe garante fidedignidade: elaborada no local, torna-se *prova* da veracidade das afirmações. Daí uma maior cumplicidade na leitura: vemos *o que e como* o viajante viu e *no momento em que* ele revê e aponta⁶².

⁶⁰ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 159.

⁶¹ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, pp. 159-160.

⁶² Só para dar um exemplo, recorde Linschoten:





E poderíamos referir ainda os casos em que, em vez das simples representações, se enviam originais: são as amostras da flora, da fauna, dos objectos e, até, das gentes. Amostras para serem vistas, para serem organizadas e representadas, mas também melhor ponderadas cientificamente, apesar de já classificadas, descritas e representadas nas notas da viagem ou apresentadas pelos escritos que as acompanhavam ou precediam. Amostras que acabaram por favorecer a prática de trocas miscigenadora.

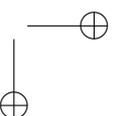
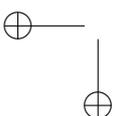
Em geral, isso acontecia com expedições ao serviço das autoridades, promovidas, subsidiadas e apoiadas por elas, como a de Pedro Álvares Cabral ou a de Alexandre Rodrigues Ferreira.

Há, apesar de tudo, casos individuais de recolha e colecção que ficaram famosos. Refira-se, por exemplo, Berent ten Broecke (1550-1633), o Bernardus Paludanus que colaborou com Linschoten, cientista que conseguiu constituir uma riquíssima colecção-museu visitada pelos seus contemporâneos e tão importante que chegou a justificar uma cláusula do contrato proposto pela Universidade de Leida: punha-se como condição que ele fixasse residência nessa cidade “com todas as raridades coleccionadas, tanto de ervas, frutos, rebentos, animais, criaturas, minerais, terras, peçonhas, pedras, mármore, corais, como outras”⁶³.

A imagem visual pode, aliás, consagrar também o desconhecido enquanto tal, como acontece com certos mapas que cartografam o território conhecido, assinalando como que as costas, o litoral, do que está

“E para melhor se perceber as figuras dos seus ídolos diabólicos, juntei o retrato destes, como se encontram publicamente nos caminhos, montes, rochedos, e antros, com uma vaca ou vitelo de pedra a seu lado, assim como do templo a que chamam *mesquita*, dos maometanos e mouros que vivem entre os malabares, com o tanque de água onde se lavam ao lado.” (Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 193); “As figuras destas podem ser vistas andando atrás do *palanquim* onde é levada a mulher, como costumam levar a criança a pé, tudo retratado como na vida real.” (*ibidem*, p. 160).

⁶³ Arie Pos e Rui Manuel Loureiro (edição e estudos), *op. cit.*, p. 15.





por descobrir⁶⁴.

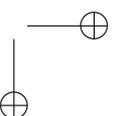
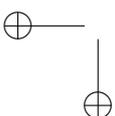
Quando a ilustração é realizada independentemente do autor, a problemática é mais complexa: ela desenvolve-se como comentário e interpretação, mas também como criação a partir dele, dando conta da perspectiva que o ilustrador tem desse espaço distante. Entre imagem e palavra, poderá observar-se, pois, um jogo de aproximação e distanciamento que confirma a independência de uma relativamente à outra e que denuncia a leitura, a recepção (poderíamos, mesmo, fazer uma história da leitura de uma obra com base no modo como vai sendo ilustrada através dos tempos)⁶⁵ *Devisement du Monde de Marco Polo. Étude d’iconographie comparée*” in François Moureau (org.), *Op. cit.*, pp. 17-31..

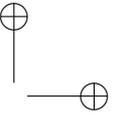
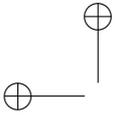
Num discurso que assim convoca a imagem, ela tende a impor-se, a evidenciar-se, aspirando a protagonismo. Isso confere ao discurso uma dimensão cénica, teatral. Como sob o efeito de um jogo de luz e de sombras, a imagem recorta-se no texto emoldurada pela palavra comum, ao mesmo tempo que fixa na sua visualização a imaginação do leitor, suspendendo-lhe o movimento por segundos: ele torna-se duplamente espectador, do que lê e do que imagina. A estranheza destaca-se e *cresce* para nós, leitores, faz-se ponderar: a nível linguístico, mas também a nível da imaginação reclamada e estimulada pela palavra. E eis-nos expectantes também, suspensos da estranheza seguinte. Esta atitude de *espectador expectante* a que o discurso pode conduzir o leitor terá sido intuída por Christian Mentzel na introdução ao *Theatrum Rerum Naturalium Brasiliae (Teatro das Coisas Naturais do Brasil)*, quando se dirige sistematicamente ao “Leitor e Espectador”, apesar de serem as imagens o motivo da designação.

A expectativa convicta da *estranheza evidente*, sinal e prova de um mundo *outro*, quer no viajante que observa e que, depois, relata, quer no leitor que o “acompanha”, revela-se uma fonte inesgotável. Fixa olhar (ou suspeita) e imaginação num real que *deforma* sistematicamente,

⁶⁴ Orlando Ribeiro, *op. cit.*, pp. 11 e 12-13.

⁶⁵ Cf., por exemplo, Philippe Ménard, “L’illustration du





conformando o *monstro*, a *maravilha*, o *prodígio*. Trata-se de uma percepção eminentemente transfiguradora: detém-se num elemento ou julga vê-lo e *estranhece-o*, decompondo-o numa descrição que o redimensiona desproporcionalmente (hipertrofiando-o e hipotrofiando-o), que lhe bestializa e/ou lhe personifica partes, etc., de modo a vinculá-lo a uma ideia de mundo ao contrário (contra-natura) ou de um mundo demoníaco. A imagem suspende a narração e faz-se ponderar alheada de qualquer contiguidade, obriga a um frente a frente maravilhado, conquista tempo, espaço e atenção à viagem de que nos distrai.

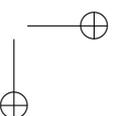
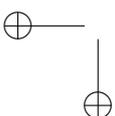
Viajante, narrador e leitor movimentam-se, pois, oscilando entre a imagem *familiarizadora*, gerada na observação rigorosa e racional e firmemente ancorada na consequencialidade narrativa, e a imagem *prodigiosa*, conformada pelo olhar mitificador, que interrompe o fio narrativo para monopolizar imaginação e emoção. A escrita de viagens revela-se, assim, tensionada entre duas forças antagónicas: a que a desenvolve numa representação totalizadora e a que a fragmenta na exibição da maravilha. Dizendo de outro modo: a literatura de viagens é território onde se confrontam e, às vezes, se aliam, discurso naturalizador e crise da narração, realismo representativo e fantástico⁶⁶...

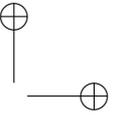
Voltemos, porém, à questão das dificuldades levantadas pela estranheza. O *exótico* não “resiste” apenas a ser *dito*: “resiste” igualmente a ser *compreendido*.

Por isso, a observação quer-se dedutiva, até mesmo especulativa, mas está consciente das suas limitações, procurando perceber no que vê o que não vê, mas que admite, calcula, facto denunciado em expressões do tipo de “Disto tiro ser...” ou “Isto me faz presumir...”⁶⁷. O mesmo

⁶⁶ Bastaria observar o modo como ambos coexistem, embora com predomínio do fabuloso, nas ilustrações de obras significativamente intituladas *De Monstris* (Amstelodami, 1665), de Fortunius Licetus, *Theatrum Universale Omnium Animalium...* (Amstelodami, 1718), de Henrici Ruysch, *Prodigiorum ac Ostentorum Chronicon* (Basiliæ, 1557), de Conradum Lycosthenem, etc.. Cf. algumas reproduções em Fernando Cristóvão (coord.), *op. cit.*.

⁶⁷ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *op. cit.*, p. 68.



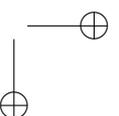
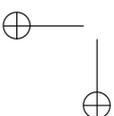


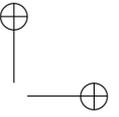
acontece na comunicação entre o viajante e o habitante das terras que aquele atravessa: o gesto estabelece a ponte, ponte instável, oscilante entre a convicção da comunicação e a desconfiança sobre a sua fiabilidade, como muito bem comenta Margarida Garcez Ventura no estudo de apresentação. No seu relato, Pêro Vaz de Caminha dá conta disso a propósito de uma ocorrência, revelando ainda consciência da influência que as expectativas ou o interesse podem ter no processo:

“Isto tomávamos nós assim por assim o desejarmos. Mas se ele queria dizer que levaria as contas mais o colar, isto não queríamos nós entender, porque não lhos havíamos de dar.”⁶⁸

Um discurso que assim multiplica a estranheza, seja explicada, seja como objecto de especulação, parece ao leitor algo *museológico*, mas de grande dinâmica pedagógica: *icónico* (gr. *eikonikós*, “pintado do natural”) e compulsador dos saberes mais diversos, registando também o gesto cognoscente e a lacuna informativa. Dupla conquista territorial, a desse discurso, além da que lhe está na génese: a heterogeneidade informativa garante-lhe mais leitores; a sua iconicidade expande, nesse público, a margem da credibilidade. É o curso possível sobre o *outro* cultural, curso cuja lição escritores, investigadores e pedagogos souberam colher. . .

⁶⁸ Joaquim Veríssimo Serrão (prefácio), Manuela Mendonça e Margarida Garcez Ventura (estudos e transcrição), *op. cit.*, p. 62.





Fim da viagem (regresso ou paragem ? O futuro o dirá)

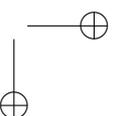
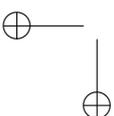
“Põe as sandálias debaixo da árvore, dá repouso aos pincéis.”

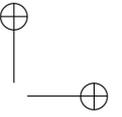
“Também fui seduzido pelo vento que faz correr as nuvens.”

Cees Nooteboom

Poderia continuar a observar o discurso da chamada literatura de viagens, matéria inesgotável, mas detenho-me e concluo.

De um discurso assim modelado na progressão da viagem e informado da sistematicidade do confronto e da instabilidade do gesto interpretativo, discurso onde se insinua a crise da racionalização, o conhecimento vai emergindo, não apenas doseado para o leitor, mas também subjectivizado, relativizado nos fundamentos que o validam, aceitável, mas ainda em processo e, por isso, aspirando a uma síntese futura definidora de novo quadro de referências onde velho e novo se irmanem. Daí sentir-me tentada a afirmar a natureza revolucionária da literatura de viagens: porque investiga outras realidades que acrescenta às originais; porque encena e valoriza o conhecimento em processo, preferindo-o à sua síntese; porque o modo como o faz *ensina a conhecer*, modela o gesto cognoscente do leitor na sua própria experiência, assumindo uma dimensão de intervenção epistemológica, mais do que simplesmente pedagógica; e, finalmente, porque assume a dimensão





*Em viagem pela “Literatura de Viagens” nas comemorações
dos 500 anos do achamento do Brasil*

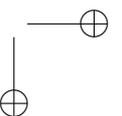
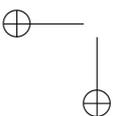
53

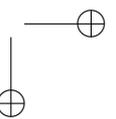
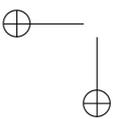
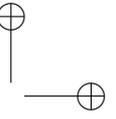
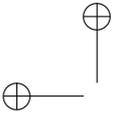
subjectiva e precária do conhecimento que a ciência sempre quis escamotear, ao mesmo tempo que o propõe como matéria para reflexão, ou seja, apela à constituição de um novo quadro de referências.

“E nesta maneira, Senhor, dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta vossa terra vi, e se algum pouco alonguei, Ela me perdoe, porque o desejo que tinha de vos dizer tudo mo fez assim pôr pelo miúdo.”

Pêro Vaz de Caminha

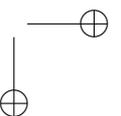
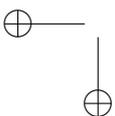
Linda-a-Velha, 15 de Maio de 2000

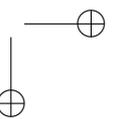
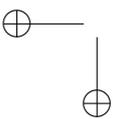
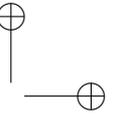
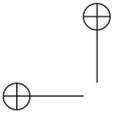


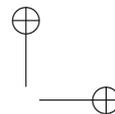
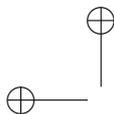




Annabela de Carvalho Vicente Rita é Doutorada e com Agregação em Literatura. É Professora na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. Presidente da Direcção da APT – Associação Portuguesa de Tradutores, dos Conselhos Consultivos da COMPARES – Associação Internacional de Estudos Ibero-Eslavos, da Fundação Marquês de Pombal, do ICEA, membro do Conselho de Administração do OLP (Observatório da Língua Portuguesa), da Mesa da Assembleia Geral da APE (Associação Portuguesa de Escritores), etc.. Integrou a MRPB – Missão para o Relatório sobre o Processo de Bolonha (2003-2004) e, actualmente, é Conselheira para a Igualdade de Oportunidades do Ministério da Ciência, da Tecnologia e do Ensino Superior (MCTES). Além da direcção de várias colecções ensaísticas, da edição prefaciada, de vasta colaboração dispersa em Portugal e no estrangeiro, com frequente participação em júris de prémios literários nacionais e internacionais, é autora de diversas obras ensaísticas (*Cartografias Literárias*, 2010; *Itinerário*, 2009; *No Fundo dos Espelhos* (2 vols.), 2003-2007; *Emergências Estéticas*, 2006; *Breves & Longas no País das Maravilhas*, 2004; *Labirinto Sensível*, 2003; *Eça de Queirós Cronista. Do “Distrito de Évora” (1867) às “Farpas” (1871-72)*, 1998; etc.).







**Esta publicação foi financiada por Fundos Nacionais através da
FCT – Fundação para a Ciência e a Tecnologia no âmbito do
projecto “PEst-OE/ELT/UI0077/2011”**

